



TERMO DE COLABORAÇÃO

Ementa: Termo de Cooperação Técnica firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através das 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital e ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATRAVES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. objetivando implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação - MPEDUC" na rede escolar do Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela Procuradora da República, Maria Cristina Manella Cordeiro portadora do RG nº 1056142, expedido pelo SSP-MS e, inscrita no CPF nº 543.036.999-34, titular do 31º Ofício de Educação, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 31, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-100; o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pelo Promotor de Justiça, Rogério Pacheco Alves, designado para a 2ª e titular da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital (PTJTCPEC), portador do RG nº 08426466-2, expedido pelo IFP e, inscrito no CPF nº 994.102.227-53, presente ainda o Promotor de Justiça Emiliano R. Brunet Paes, titular da 2ª PJTCPEC, portador do RG nº 10683468-2, expedido pelo IFP e, inscrito no CPF nº 072.746.407-80 com sede Av. Presidente Antônio Carlos 607, 12° andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20020-010 e o ESTADO DO RIO DE JANEIRO através da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, denominada apenas SEEDUC, inscrita 42.498.659/0001-60, sediada na Av. Professor Pereira Reis, 119 Santo Cristo, CEP 20220-800, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Educação, Senhor Wagner Granja Victer, nomeado pelo DECRETO

Mille

do pelo Secretário de leado pelo DECRETO



publicado no D.O.E.RJ de 17/05/2016, portador do RG nº 81106393-4-D, expedido pelo CREA-RJ e, inscrito no CPF nº 763609467-34.

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil nº 1.30.001.005854/2013-19 no âmbito da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e dos Inquéritos Civis nº 83/13 e nº 84/13, no âmbito das 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, todos visando a implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação – MPEDUC" na rede pública de ensino vinculada a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais se encontram o direito à educação como direito social, na forma do artigo 6º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o inegável peso que a educação exerce no desenvolvimento social e econômico de um país e que, portanto, a garantia de um serviço público de educação de qualidade deve, igualmente, gozar de preferência nas ações do poder público, através da implementação de políticas públicas adequadas e suficientes a atender as reais necessidades educacionais da população;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação, na forma do que prescreve o artigo 227, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o "Ministério Público pela Educação" (MPEDUC) é um projeto desenvolvido para ser executado em parceria entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS, buscando estabelecer o direito à educação básica de qualidade como matéria de atuação fundamental e prioritária nessas instituições, bem como promover o fortalecimento dos mecanismos de participação social na temática;

John .



CONSIDERANDO que o Estado do Rio de Janeiro, ciente da importância que uma educação de qualidade exerce na vida de seus cidadãos e compromissado com a elevação de seus índices educacionais, aderiu ao Projeto MPEDUC e atuará em parceria com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a fim de executá-lo em toda a sua rede escolar, visando ao melhoramento da prestação desse serviço público essencial;

CONSIDERANDO que a metodologia utilizada pelo MPEDUC favorece e estimula a participação de toda a comunidade no dia a dia dos temas escolares, bem como permite a formação de um diagnóstico sobre as condições do serviço de educação prestado nas escolas, identificando seus pontos sensíveis e assim permitindo encontrar soluções adequadas;

RESOLVEM celebrar, por este instrumento, o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, com a finalidade de estabelecer mecanismos de cooperação para a implementação do Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC na rede pública estadual de ensino, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objetivo estimular a implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação" (MPEDUC) em toda a rede escolar do Estado do Rio de Janeiro, mediante a atuação conjunta entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, através da sua Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de promover a realização de um diagnóstico das condições das escolas e do ensino, detectando os pontos sensíveis que indiquem a existência de problemas transversais e comuns à toda a rede, de modo a permitir sua discussão com a comunidade escolar, a formulação e o incremento das medidas eventualmente necessárias para solucioná-las, dando assim pleno sentido ao princípio da gestão democrática na educação, que representa uma das formas de democracia participativa, previsto no nosso ordenamento jurídico e fundado no disposto no artigo 1º, § 1º, da Constituição Federal;

Jehr

W A STATE OF THE S

o e fulldado no



CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O projeto deverá ser executado em parceria entre as instituições acima nomeadas e a Secretaria de Estado de Educação, sem prejuízo ao exercício das atribuições constitucionais e legais conferidas ao Ministério Público e ao Estado do Rio de Janeiro, e comprometem-se a planejar todas as fases da sua execução conjuntamente, bem como as formas e prazos da sua execução, que deverá obedecer o calendário anexo ao presente Termo;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DIVULGAÇÃO

Fica autorizada a divulgação do presente instrumento para o público em geral por todas as partes envolvidas, devendo a Secretaria de Estado de Educação divulgá-lo para toda a rede escolar, inclusive através do seu sítio eletrônico;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente acordo é de 12 meses, a iniciar-se na data de sua assinatura, prorrogáveis, por acordo das partes, pelo período necessário ao esgotamento do Projeto, salvo se uma delas apontar justificadamente sua inconveniência.

CLÁSULA QUINTA - DO ÔNUS

O presente Termo não acarretará nenhum ônus a esta SEEDUC.

CLÁSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

No prazo de 20(vinte) dias, contados da data da assinatura deste Termo, a SEEDUC providenciará sua publicação em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, adotando, nos prazos legais, a prévia submissão deste Instrumento aos órgãos de controle.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos decorrentes da execução deste Termo serão resolvidos pelos signatários ou seus representantes legais, e consignados, se necessário, em termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, para dirimir eventuais questões oriundas da execução deste Termo, bem como de seus respectivos Termos



Governo do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação

Aditivos, que vierem a ser firmados. E por estarem justas e acordadas, assinam o presente em 04(quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 02 de 08 de 2017.
Maria Cristina Manella Cordeiro
Procuradora da República
(itular do 31° Oficio de Educação
The district of the second of
Rogério Pacheco Alves
Promotor de Justice
Designado 2º e Titular da 3º Promotoria de Justica de Tutela Coletiva
de Proteção à Educação da Capital
All the state of t
A STATE OF THE STA
Emiliano R. Brunet Paes,
Promotor do luction
Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à
Educação da Capital
The state of the s
Wagner Granja Victer
Secretário de Estado de Educação
SEEDUC
TESTEMUNHAS:
Rinators!
Nome:
CPF/MF nº:
LION MILES
Nome:
PEIME DO. CHELL



PLANO DE TRABALHO

(Modelo I)

1- DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade CONCEDENTE: SECRETARIA	DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	and the second
C.N.P.J: 42.498.659/0001-60		at the party of the same
Endereço: Av. Professor Pereira Reis, 119, Santo	o Cristo	维多级化。4000000000000000000000000000000000000
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20.220-800
Telefone: (21) 2380-9283		40000000000000000000000000000000000000
Nome do Responsável: Wagner Granja Victer		ALMAN ARRESTS
CPF: 763.609.467-34	Identidade: 81106393-4	Órgão Expedidor: CREA/RJ
Endereço: Av. Professor Pereira Reis, 119, Santo	o Cristo	CEP: 20.220-800

Órgão / Entidade PROPONENTE: PROCURADO	ORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO	D DO RIO DE JANEIRO
C.N.P.J:	THE WALL TO THE TENT	
Endereço: Av. Nilo Peçanha 31, sala 1104, Cen	tro	The state of the s
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20020-100
Telefone: 21 3971 9397 / 21 3971 9534	X 7 3/1 : 10, 10 3/4 3	
Nome do Responsável: MARIA CRISTINA MAN	ELLA CORDEIRO	
CPF: 543.036.999-34	RG: 1056142	Órgão Expedidor: SSP-MS
Endereço: Av. Nilo Peçanha 31, sala 1104, Cent	tro	CEP: 20020-100

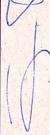
Órgão / Entidade PROPONENTE: 3ª Pron	notoria de Justiça de Tutela Coletiva da I	Educação do MPERJ
C.N.P.J:		
Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos	607, 12° andar, Centro	AND THE PARTY OF T
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20020-010
Telefone: 21 2532 4805		
Nome do Responsável: ROGÉRIO PACHI	ECO ALVES	
CPF: 994.102.227-53	RG: 08426466-2	Órgão Expedidor: IFP
Endereço: Av. Presidente Antônio Carlo	s 607, 12° andar, Centro	CEP: 20020-010

Órgão / Entidade PROPONENTE: 2ª Pro	motoria de Justiça de Tutela Coletiva da	Educação do MPERJ
C.N.P.J:		大小子。大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大大
Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos	607, 12º andar, Centro	大道 2000 1000 1000 1000
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20020-010
Telefone: 21 3970 2361	1963建四省第二世。第二世	
Nome do Responsável: ROGÉRIO PACHI	ECO ALVES (DESIGNADO) /EMILIANO R	ODRIGUES BRUNET PAES (TIT.)
CPF: 072.746.407-80	RG: 10683468-2	Órgão Expedidor: IFP
Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos	607, 12° andar, Centro	CEP: 20020-010

2 - OUTROS PARTÍCIPES () Interveniente	() Executor
Nome:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		CEP:
Nome do Dirigente:		
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução		
MPEDUC	Início	Término	



Título do Projeto	Período de Execução		
MPEDUC	Início	Término	
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	02/08/2017	30/03/2018	
Identificação do Objeto: (Descrição do Objeto a s	er executado de forma suscinta)	30/03/2018	
Melhoria da educação básica no Brasil.			
	(6) (6) (6) (6) (7) (2) (4) (4)	entral to the	
Justificativa da Proposicio de	2 2 X 2 2 X 2 X 2 X 2 X 2 X 2 X 2 X 2 X		
Justificativa da Proposição: (Descrição da necess	sidade do Estado/ Municipio/ Organiza	2201	
Necessidade de prestação de um serviço público – es			
Necessidade de prestação de um serviço público – es	ssencial, no caso da educação – de qualid		
Necessidade de prestação de um serviço público – es	ssencial, no caso da educação – de qualido esta esta esta esta esta esta esta esta	dade para seus cidadão	
Necessidade de prestação de um serviço público – es Resultados Esperados (com apontamento de indice Parceria entre o MPF, o MPRJ e a SEEDUC, inovando	cadores de desempenho):	dade para seus cidadão	
Necessidade de prestação de um serviço público – es Resultados Esperados (com apontamento de indic Parceria entre o MPF, o MPRJ e a SEEDUC, inovando Prestígio do princípio da gestão escolar democrática e	cadores de desempenho): o a forma de relacionamento entre governe do controle social das políticas públicas	dade para seus cidadão.	
Necessidade de prestação de um serviço público – es Resultados Esperados (com apontamento de indic Parceria entre o MPF, o MPRJ e a SEEDUC, inovando Prestígio do princípio da gestão escolar democrática e Visibilidade e relevância à EDUCAÇÃO no Estado do	cadores de desempenho): o a forma de relacionamento entre governe do controle social das políticas públicas	dade para seus cidadão.	
Necessidade de prestação de um serviço público – es Resultados Esperados (com apontamento de indic Parceria entre o MPF, o MPRJ e a SEEDUC, inovando Prestígio do princípio da gestão escolar democrática e	cadores de desempenho): o a forma de relacionamento entre governe do controle social das políticas públicas	dade para seus cidadão.	
Necessidade de prestação de um serviço público – es Resultados Esperados (com apontamento de indic Parceria entre o MPF, o MPRJ e a SEEDUC, inovando Prestígio do princípio da gestão escolar democrática e Visibilidade e relevância à EDUCAÇÃO no Estado do	cadores de desempenho): o a forma de relacionamento entre governe do controle social das políticas públicas	dade para seus cidadã no e instituições;	



TI R



4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase).

A Mindle of the Land		OPCIONAL Indicador Físico			Duração	da Meta
Nº Meta	Especificação da Meta	Valor (R\$)	Unidade	Quantidade	Início	Término
1 .	xxxxxxxxxx	X	xxxxx	xxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

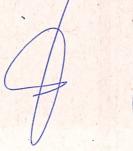
5. 2 1. 16. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.				OPCIONAL	Indica	dor Físico	Duração	da Etapa
Nº Meta	Nº Etapa	Especificação da Etapa	Valor (R\$)	Unidade	Quantidade	Início	Término	
191	1.1	xxxxxx	X	XXXXX	xxxx	XXXXX	xxxxx	
		, 9 July 18 7			7747			
A MI		Adian Carlos			4.5	F-7x P-74	8/11/2	
		0 S 7 12 12 1	24 - 1					

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Nature	za da Despesa	Valor (R\$)				
Cód. Natureza de Despesa (*)	Especificação	TOTAL	Concedente	Proponente		
	Não há despesas envolvidas	- X	X	X		
TOTAL GERAL:	The second secon	Maria Company				

6 - RELAÇÃO DE BENS

Descrição	Cód. Natureza de despesa	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Local de Destino
Não há	X	X	X	X	X	X







7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

CONCEDENTE ANO: 2017

CONCEDENCE	the state of the s		The second secon		THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO
Meta:	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Não há desembolso				×	×

PROPONENTE (contrapartida) ANO: 2018

Meta:	Janeiro	Fevereiro	Março
Não há desembolso	×	×	x

8 – DECLARAÇÃO	
Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao	
(à) Secretaria de Estado de Educação para os efeitos e sob as penas da Lei,	
que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro	
Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a	17/17/18
transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado,	
na forma deste Plano de Trabalho.	Service !
	Carl Carl
Pede deferimento, Annual Maria	2. 40
	36,20
	7 1 1/30
	7.7
Local e Data Proponente	
	The state of the

9 - Aprovação pelo Concedente

Aprovado	
Local e Data	Concedente
	(Representante responsável pelo programa,
	projeto ou evento na Unidade concedente)